

Grupo de  
Institutos,  
Fundações e  
Empresas

**Demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Assurance Services Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Fundadores e Administradores do  
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Outros assuntos - Valores correspondentes**

As demonstrações financeiras do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 19 de maio de 2017.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

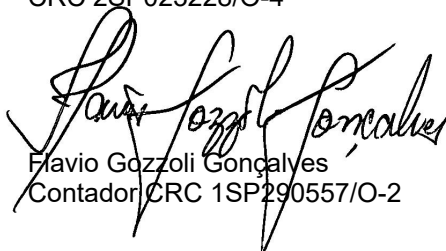


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2018

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP023228/O-4



Flavio Gozzoli Gonçalves  
Contador CRC 1SP290557/O-2

## Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

### Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.164.683	1.532.117	Fornecedores	11	61.022	30.333
Recursos vinculados a projetos	5	1.744.898	1.906.661	Impostos e contribuições retidos na fonte e a recolher	12	6.197	4.815
Contas a receber	7	-	1.116	Obrigações sociais e trabalhistas	13	195.252	208.206
Outros créditos	8	101.885	53.109	Projetos vinculados a executar	14	1.744.898	1.906.661
Despesas antecipadas	9	283.427	24.264	Adiantamentos de associados	15	1.101.933	1.035.791
Total do ativo circulante		<u>3.294.893</u>	<u>3.517.267</u>			<u>3.109.302</u>	<u>3.185.806</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Fundo Patrimonial	6	2.194.868	2.042.009	Patrimônio social	17	1.879.601	1.397.561
Imobilizado	10	242.338	263.434	Superávits acumulados		<u>743.903</u>	<u>1.240.475</u>
Intangível		<u>708</u>	<u>1.131</u>	Total do patrimônio líquido		<u>2.623.504</u>	<u>2.638.036</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.437.913</u>	<u>2.306.574</u>				
Total do ativo		<u><u>5.732.806</u></u>	<u><u>5.823.841</u></u>	Total do passivo		<u><u>5.732.806</u></u>	<u><u>5.823.841</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Receitas operacionais</b>			
<b>Atividades</b>			
Receita com mensalidades e contribuições associativas	19	2.469.211	2.327.272
Apoio Institucional		-	353.750
Receita de projetos e convênios	20 a.	2.084.771	571.227
Receita com eventos - congresso GIFE	20 a.1	-	2.671.454
Receita de ensino - cursos e seminários		874	54.125
Outras receitas operacionais		19	13.080
Trabalho voluntário	25	8.721	74.955
		<u>4.563.596</u>	<u>6.065.863</u>
Total			
<b>Custos e despesas operacionais e administrativas</b>			
Despesas com pessoal	21	(2.774.532)	(2.743.885)
Despesas gerais com eventos - congresso GIFE	23	-	(1.379.927)
Despesas gerais com projetos e convênios	23	(1.394.755)	(968.733)
Despesas com depreciação e amortização		(34.038)	(32.816)
Despesas gerais e administrativas	22	(562.760)	(448.865)
Trabalho voluntário	25	(8.721)	(74.955)
		<u>(4.774.806)</u>	<u>(5.649.181)</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	24	298.062	414.548
Despesas financeiras	24	(101.384)	(72.795)
		<u>196.679</u>	<u>341.752</u>
<b>(Déficit)/superávit do exercício</b>		<u><u>(14.531)</u></u>	<u><u>758.434</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em Reais)*

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>(Déficit) / superávit do exercício</b>	(14.531)	758.434
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(14.531)</u></b>	<b><u>758.434</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávits acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2016</b>	1.397.561	482.040	1.879.601
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>758.434</u>	<u>758.434</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	1.397.561	1.240.475	2.638.036
Incorporação do superávit acumulado	482.040	(482.040)	-
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>(14.531)</u>	<u>(14.531)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><b>1.879.601</b></u>	<u><b>743.904</b></u>	<u><b>2.623.505</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	(14.531)	758.434
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	34.038	32.816
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		
<b>Redução / (aumento) nos ativos em</b>		
Recursos vinculados a projetos	74.311	(356.450)
Aplicação Fundo BIS	87.452	212.403
Contas a receber	1.116	(796)
Outros créditos	(48.776)	(7.453)
Despesas antecipadas	(259.163)	254.754
<b>(Redução) / Aumento nos passivos em</b>		
Projetos vinculados a executar	(161.764)	196.908
Obrigações fiscais a recolher	1.382	(37.115)
Fornecedores e outras contas a pagar	30.689	24.268
Obrigações sociais e trabalhistas	(12.954)	32.464
Adiantamento de associados	66.142	(7.991)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<u>(202.057)</u>	<u>1.102.242</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(12.517)	(20.834)
Outros investimentos	(152.859)	(235.355)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento</b>	<u>(165.376)</u>	<u>(256.189)</u>
<b>(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(367.433)</b>	<b>846.053</b>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	1.532.117	686.064
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>1.164.683</u>	<u>1.532.117</u>
	<b><u>(367.434)</u></b>	<b><u>846.053</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

*(Em Reais)*

### **1 Contexto Operacional**

O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“GIFE” ou “Entidade”), constituído em 26 de maio de 1995, é uma associação civil sem fins lucrativos, que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, as quais investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

Os recursos financeiros para manter a estrutura e atividades da organização advêm fundamentalmente das contribuições recebidas de associados, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros, dos recursos financeiros captados por meio de patrocínios com fundações e outras organizações, além de receitas obtidas por meio de cursos do GIFE.

### **2 Apresentação das Demonstrações Contábeis**

#### **a. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 17 de abril de 2018.

#### **b. Base de Mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais.

#### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 3c (ii) - Prazo de vida útil do imobilizado**

***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação.

### **3 Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e Recebíveis*

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outras contas a receber.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

#### *Recursos vinculados a convênios*

Recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no convênios para fazer frente às obrigações do convênio.

#### *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, projetos vinculados a executar e adiantamento de associados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **(ii) Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

#### **b. Contas a receber**

São apresentadas ao valor presente de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, quando a Administração julgar necessária.

**c. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

**(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o período corrente é a seguinte:

Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Redução ao valor recuperável**

***Ativos financeiros***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

**e. Provisões e passivo circulante**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O passivo circulante é demonstrado pelo valor e conhecido ou calculável acrescido, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

**f. Demais ativos circulantes e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

**g. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As contribuições associativas são reconhecidas no resultado do ano a que se referem.

Os recursos recebidos de terceiros em convênio e patrocínios são reconhecidos da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem o empenho dos valores recebidos de terceiros em convênio e as despesas são reconhecidas, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

**h. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

**i. Receitas com trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

**j. Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 26.

**k. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas**

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.
- **IFRS 15 - "Receita de contrato com cliente"** estabelece novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços e extensas divulgações um modelo de cinco etapas que se aplicam à receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade. Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

**4 Caixa e Aplicações Financeiras**

O caixa e as aplicações financeiras são constituídos conforme abaixo:

	2017	2016
Caixa e banco conta movimento	6.719	11.873
Certificado de depósitos bancários / Cotas de fundo de investimento (a)	<u>1.157.964</u>	<u>1.520.244</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>1.164.683</u></b>	<b><u>1.532.117</u></b>

- (a) Estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimentos renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú Unibanco S/A e Banco Bradesco S/A, com tendência da variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB).



## 5 Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Banco conta movimento	1	1
Aplicações financeiras - recursos com eventos - congresso GIFE	675.810	-
Aplicações financeiras - recursos com projetos e convênios	764.793	1.514.914
	<u><b>1.440.604</b></u>	<u><b>1.514.915</b></u>
Banco conta movimento	71	10
Certificado de depósitos bancários	85	226.815
Cotas de fundos de investimentos	304.138	164.921
	<u><b>304.294</b></u>	<u><b>391.746</b></u>
<b>Projeto FUNDO BIS (b)</b>	<u><b>304.294</b></u>	<u><b>391.746</b></u>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras - vinculados</b>	<u><b>1.744.898</b></u>	<u><b>1.906.661</b></u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos de parceiros que serão utilizados exclusivamente nos projetos a que estão vinculados.

- (a) As aplicações financeiras referem-se a títulos em renda fixa representados por Certificados de Depósitos Bancários-CDBs, remuneradas a taxa de 80% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para os exercícios abrangidos por estas demonstrações financeiras.
- (b) Saldo composto por aplicações das doações recebidas para o Projeto FUNDO BIS, em que o GIFE é depositário dos recursos, e, portanto, não beneficiário das doações. Estas (assim como a receita de juros delas provenientes) estão registrados como Adiantamento de Associados e Outras Organizações, e serão destinadas a projetos a partir de 2018, dentro das regras de seleção definidas pelo Comitê Executivo do FUNDO BIS, formado por várias organizações que fomentam a Cultura de Doação no Brasil. Estas aplicações correspondiam a R\$ 304.223 em 2017 (R\$ 391.736 em 2016).

## 6 Fundo Patrimonial

	2017	2016
Operação Compromissada	690.685	627.573
Letras Financeiras	1.504.183	1.414.436
	<u><b>2.194.868</b></u>	<u><b>2.042.009</b></u>

Conforme definido no Estatuto, o GIFE constituiu um fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente em relação ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos no mesmo mandato.

O Fundo Patrimonial foi formado por contribuições específicas de associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 2.194.868 (R\$ 2.042.009 em 2016). É composto por Letras Financeiras junto ao Banco Bradesco S.A., remunerada a 101,7% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem liquidez e com vencimento em junho de 2020 e por operações compromissadas também no Banco Bradesco S.A, lastreada em debêntures, remunerada a 100,1% ao ano do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez e com vencimento em maio de 2019.

## 7 Contas a Receber

	2017	2016
Valores a Receber de Associados e Outras Organizações	-	1.116

A Administração da Entidade não incorreu em perdas com estes recebíveis e por essa razão não efetuou o reconhecimento de provisão de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa.

## 8 Outros Créditos

	2017	2016
Impostos a recuperar	394	1.053
Adiantamento de salários	9	8
Adiantamento de férias	-	44.114
Adiantamento de serviços	1.482	7.934
Outras contas a receber (a)	100.000	-
	<b>101.885</b>	<b>53.109</b>

- (a) Este valor refere-se ao recurso de patrocínio do projeto CENSO 2016 a receber do Instituto Unibanco, conforme contrato firmado em outubro de 2016.

## 9 Despesas Antecipadas

Em 2017, as despesas antecipadas no valor de R\$ 283.427 são compostas principalmente por adiantamento a fornecedores de projetos e iniciativas que serão realizadas em 2018, com destaque para o X Congresso GIFE. Em 2016, as despesas antecipadas no valor de R\$ 24.264 são compostas principalmente por adiantamento a fornecedores de projetos e iniciativas que foram realizadas ou lançadas em 2017, como o GIFE Memória (R\$ 13.800).

	2017	2016
Contratos de Serviços	269.019	13.800
Seguros a Vencer	1.187	-
Outras Despesas	13.221	10.464
	<b>283.427</b>	<b>24.264</b>

## 10 Imobilizado

	Imobilizado Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Imóveis	419.085	(226.322)	192.763	209.526
Móveis e Utensílios	109.208	(97.558)	11.650	13.262
Equipamentos de Informática	201.510	(170.013)	31.497	34.550
Máquinas e Equipamentos	16.419	(13.024)	3.395	3.146
Instalações	221.409	(218.376)	3.033	2.950
	<b>967.631</b>	<b>(725.293)</b>	<b>242.338</b>	<b>263.434</b>

<b>Movimentação do Imobilizado - Custo</b>	<b>2016</b>	<b>Adições</b>	<b>2017</b>
Imóveis	419.085	-	419.085
Móveis e Utensílios	109.208	-	109.208
Equipamentos de Informática	188.993	12.517	201.510
Máquinas e Equipamentos	16.419	-	16.419
Instalações	221.409	-	221.409
	<u><b>955.114</b></u>	<u><b>12.517</b></u>	<u><b>967.631</b></u>

<b>Movimentação do Imobilizado - Depreciação acumulada</b>	<b>2016</b>	<b>Depreciação no exercício</b>	<b>2017</b>
Imóveis	(209.559)	(16.763)	(226.322)
Móveis e Utensílios	(95.946)	(1.612)	(97.558)
Equipamentos de Informática	(154.443)	(15.570)	(170.013)
Máquinas e Equipamentos	(13.273)	249	(13.024)
Instalações	(218.459)	83	(218.376)
	<u><b>(691.680)</b></u>	<u><b>(33.613)</b></u>	<u><b>(725.293)</b></u>

## 11 Fornecedores

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Fornecedores	<u>61.022</u>	<u>30.333</u>
	<u><b>61.022</b></u>	<u><b>30.333</b></u>

Em 2017, o valor é composto pela provisão de fornecedores em dezembro/2017 pagos em janeiro/2018, sendo os principais despesas com a publicação Censo 2016 (R\$ 16.018) e com a assessoria de relações governamentais (R\$ 8.500).

## 12 Impostos e Contribuições retidos na fonte e a recolher

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Impostos e contribuições retidos na fonte	4.150	2.366
Impostos e contribuições a recolher	<u>2.047</u>	<u>2.449</u>
	<u><b>6.197</b></u>	<u><b>4.815</b></u>

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo deverão apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Contudo, em consulta à sua assessoria jurídica, a Entidade entendeu que não deve recolher COFINS sobre suas Receitas Financeiras, pois a IN/RFB 404/2004, ao enquadrar entidades como o GIFE entre as sujeitas ao regime cumulativo da COFINS, permite que suas receitas financeiras não se enquadrem no conceito de receita tributável aplicável a COFINS, pois não estão sujeitas às regras do Decreto 8.426/2015, aplicáveis apenas às pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo da COFINS.

## 13 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2017	2016
FGTS a recolher	3	3
INSS sobre terceiros (cooperativa)	62	62
Férias a pagar	146.207	155.911
Encargos sobre férias (INSS e FGTS)	48.980	52.230
	<b>195.252</b>	<b>208.206</b>

## 14 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os convênios em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade bem como os montantes utilizados na execução dos convênios (consumo).

Projeto / Evento	31/12/2016	Valores Recebidos	Rendimentos Financeiros	(Apropriado)	31/12/2017
Inscrições da Pesquisa Salarial 2017	37.748	186.642	-	(224.390)	-
Inscrições Congresso 2018	-	75.810	-	-	75.810
Patrocínio publicação Temas ISP	20.000	55.000	-	-	75.000
Patrocínio Congresso	-	600.000	-	-	600.000
Patrocínio do Censo GIFE	45.000	393.113	-	(394.313)	43.800
Subvenção e patrocínio Projeto Sustentabilidade Econômica das OSCs (a)	1.133.997	200.000	-	(965.063)	368.934
Fundo BIS (b)	391.746	-	21.826	(109.278)	304.294
ISFAM	-	139.000	-	(139.000)	-
Rede Temática de Leitura	190.507	100.000	-	(123.527)	166.980
Rede Temática de Políticas Públicas	7.000	-	-	( 150)	6.850
Rede Temática de Garantia de Direitos	23.000	-	-	(22.505)	495
Gife Memória	-	15.000	-	(15.000)	-
Sinapse	-	79.900	-	-	79.900
Ciclo de Avaliação	50.000	100.000	-	(127.165)	22.835
ISP empresarial	-	100.000	-	(100.000)	-
	<b>1.898.998</b>	<b>2.044.465</b>	<b>21.826</b>	<b>(2.220.391)</b>	<b>1.744.898</b>

- **Valores recebidos** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para a realização dos projetos e/ou eventos.
  - **Apropriado** - referem-se às receitas consumidas pelos projetos e/ou eventos ao longo do exercício social.
- (a) O saldo de R\$ 368.934 é composto majoritariamente pela subvenção recebida antecipadamente da União Europeia, e conta também com doações antecipadas da Fundação Lemann e do Instituto Arapyau para o projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil, nos montantes de R\$ 150.000 e R\$ 50.000, respectivamente.

O projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil desdobra-se da estruturação da iniciativa de Advocacy, iniciada em 2016. A proposta é construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável para a atuação das organizações da sociedade civil (OSCs) no país, promovendo uma série de iniciativas cujo objetivo é o fortalecimento da capacidade institucional da sociedade civil por meio de alterações normativas e regulatórias que ampliem as condições para a sua sustentabilidade política e econômica.

O projeto está fundamentado em quatro temas centrais:

1. A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
  2. Redução das barreiras tributárias às doações a organizações sem fins lucrativos reduzidas por meio de alterações na sistemática do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e nas demais obrigações acessórias que interferem na sua aplicação;
  3. Criação de Regime de incentivos fiscais para doação de pessoas físicas às organizações da sociedade civil alterado de forma a permitir a doação direta a organizações sem fins lucrativos com possibilidade de direcionamento para ações institucionais e de longo prazo;
  4. Criação da Figura jurídica dos fundos patrimoniais vinculados (endowments). Com duração de 3 anos, o projeto conta com a subvenção financeira da União Europeia, tendo o GIFE sido contemplado pelo edital temático “Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais”. Conta ainda com outros apoiadores, e é realizado em parceria com o Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- (b) O saldo de R\$ 304.294 refere-se a doações para o projeto Fundo BIS, o qual será operacionalizado a partir de 2018.

O Projeto FUNDO BIS visa apoiar iniciativas que contribuam para ampliar o volume de doações no país. A proposta surgiu de um grupo de organizações a partir da constatação de que há um volume ainda tímido de doações no Brasil.

## **15 Adiantamento de Associados**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Contribuição de Associados	1.101.933	1.035.791

Em 2016 e 2017, alguns associados adiantaram recursos para algumas redes temáticas do GIFE, que são ambientes de diálogo propostos e coordenados pelos associados GIFE, que realizam o aprofundamento de temáticas específicas do investimento social, a partir de sua atuação.

## **16 Provisão para Contingências**

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível.

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados ou divulgados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

## **17 Patrimônio Líquido**

Representa o patrimônio líquido inicial da Entidade, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em caso de dissolução, qualificada nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio líquido da Entidade deverá necessariamente ser destinado a outra instituição qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente com mesmo objeto social.

## 18 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

Sobre as receitas da Entidade provenientes de Contribuições Associativas, patrocínios e apoio institucional, não incidirá ISS, por não se tratar de prestação de serviços. O PIS é devido e recolhido na modalidade sobre a folha de pagamento na alíquota de 1%. O ISS e a COFINS são devidos e recolhidos sobre receitas provenientes de cursos. Desta forma os impostos de renúncia serão : COFINS de 7,6% sobre as receitas de atividades, 4% sobre as receitas financeiras e IRPJ e CSLL de 34% sobre o superávit do exercício, quando aplicável.

## 19 Contribuições de Associados

Os valores das contribuições anuais dos associados ao GIFE são calculados de acordo com a Política de Contribuição Associativa, apresentada na Assembleia Geral Anual do GIFE de 2015, com valores atualizados anualmente e divulgados aos associados.

Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2017, alcançaram o saldo de R\$ 2.469.211 (R\$ 2.327.272 em 2016).

## 20 Receitas de Atividades - Receita de projetos e convênios e eventos (congressos)

As receitas de atividades são compostas, substancialmente, pelas receitas de iniciativas, como Censo GIFE, Congresso GIFE (somente nos anos pares), cursos, patrocínios a projetos, além de outras doações.

### a. Natureza dos projetos e convênios

	2017			2016		
	Prestação de Serviços	Doação	Patrocínio	Prestação de Serviços	Doação	Patrocínio
Pesquisa GVCES	-	-	-	-	-	250.000
Visões de Futuro	-	-	-	-	114.597	-
Painel de Transparência	-	-	-	-	100.000	-
Indicadores de Governança	-	-	-	-	-	60.000
Investimento Social Familiar	-	139.000	-	-	23.730	-
Censo GIFE	-	-	394.313	-	22.900	-
Investimento Social Empresarial	-	-	100.000	-	-	-
GIFE Memória	-	15.000	-	-	-	-
Sustentabilidade Econômica de OSCs	-	965.063	-	-	-	-
Pesquisa Salarial	198.048	-	-	-	-	-
Ciclo de Avaliação	-	127.165	-	-	-	-
Redes Temáticas	-	-	146.182	-	-	-
<b>Total por Natureza</b>	<b>198.048</b>	<b>1.246.228</b>	<b>640.495</b>	-	<b>261.227</b>	<b>310.000</b>
<b>Total</b>			<b>2.084.771</b>			<b>571.227</b>

**a.1 Natureza dos eventos, congressos em 2016**

	2016			
	Prestação de Serviços	Doação	Patrocínio	TOTAL
Congresso GIFE	659.996	426.458	1.585.000	2.671.454

**Congresso GIFE**

A receita do Congresso GIFE, realizado a cada dois anos, é composta substancialmente pelas inscrições e pelos patrocínios. O objetivo desse evento é proporcionar um ambiente de reflexões e debate para o público dos associados e demais interessados no campo, além de ressaltar a importância da articulação entre diferentes instituições sociais, um dos grandes desafios para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

Abaixo destacamos os projetos desenvolvidos pelo GIFE em 2017 e 2016:

**b. Pesquisa GVCES**

Realizada junto à GVCES, trata-se de uma publicação construída em diálogo com associados e parceiros GIFE, que disponibiliza informações, reflexões, dados e casos práticos, para orientar a atuação dos associados no alinhamento entre o investimento social privado e o negócio. A publicação permite o acesso direto a essa temática e suas reflexões práticas. Iniciativa inédita no país, a publicação busca dar forma estratégica à tendência do alinhamento entre o investimento social privado e o negócio, observada e vivenciada por muitos associados GIFE, e disseminar o aprendizado de institutos e fundações empresariais com atuação nesse tema.

Este projeto pretende estimular uma comunicação mais aberta por parte dos investidores sociais e lançar luz para as formas construídas pelos associados GIFE para sua atuação no alinhamento entre o investimento social e o negócio. Seguindo os princípios da série Temas do Investimento Social Privado - Alinhamento ao Negócio, a publicação apresenta o conteúdo dessa temática em uma linguagem de fácil acesso e comunicação, que possa ser utilizada e apropriada por um público amplo.

**c. Visões de Futuro**

O evento Visões de Futuro nasceu da necessidade que algumas organizações associadas identificaram de promover a discussão sobre a construção de planejamentos estratégicos, entre os principais executivos de institutos e fundações empresariais, em tempos de grandes ocorrências como as mudanças de comportamento da sociedade, evolução exponencial da tecnologia e do rápido e massivo alcance da comunicação.

O evento buscou inspirar e provocar nas instituições questionamentos trazidos por tendências mapeadas que influenciassem seus planejamentos estratégicos, não só para seu olhar externo, mas também para processos, culturas, indicadores nos ambientes internos de suas organizações.

**d. Painel de Transparência**

O Painel é uma ferramenta online que organiza e disponibiliza informações institucionais relevantes sobre as fundações e os institutos associados ao GIFE a partir de um grupo de indicadores. Este instrumento permite a qualquer um observar se a organização publica em seu site a informação sobre cada indicador e acessá-la por meio de link que direciona o usuário para o dado no site do associado.

A participação dos associados no Painel é voluntária: ou seja, cada organização participante autorizou a divulgação de seus dados. Ao aderir, os associados demonstram seu comprometimento com a melhoria de suas práticas de transparência, independentemente do estágio em que se encontram.

A plataforma online também reúne literatura sobre o tema já produzida pelo GIFE e por outras organizações de referência, bem como relatórios analíticos sobre os dados coletados, links para experiências internacionais semelhantes e guias orientadores.

O Painel GIFE de Transparência é um projeto em desenvolvimento. A perspectiva é de que o projeto se desenvolva em etapas e que os indicadores possam ser aprimorados a partir dos resultados alcançados e das análises e diálogos realizados, ou seja, da evolução do próprio tema.

Inspirada na experiência pioneira do GlassPockets - projeto de 2010 do Foundation Center (EUA) estruturado a partir de um movimento pela transparência nas fundações que remonta ao final da década de 1950 - essa iniciativa conta com o apoio do Instituto C&A.

**e. Indicadores de Governança**

Os indicadores selecionados foram construídos a partir de consulta à literatura sobre o tema e de pesquisa em referências de outras experiências internacionais concretas de painéis de transparência similares - que também envolvem seleção, pesquisa e publicação de indicadores de transparência entre fundações e institutos privados. A partir dos processos de consulta e debate, os indicadores foram sendo aprimorados até chegar em sua versão final. Acesse aqui a devolutiva sobre as contribuições recebidas na consulta pública.

**f. Investimento Social Familiar**

O GIFE realizou em 2015 o projeto Investimento Social Familiar, pois entende que as famílias têm se tornado importantes agentes no campo, e vêm crescendo em número de organizações, atuação e valores investidos. Entre várias ações ao longo do ano, e com o objetivo de compreender o perfil e o desenvolvimento recente de fundações e institutos familiares no Brasil, o GIFE lançou a primeira pesquisa sobre o tema no contexto brasileiro. “Retratos do investimento social familiar no Brasil” busca identificar razões para o crescimento do número de investidores, além de instigar a compreensão das peculiaridades das organizações familiares. A iniciativa foi estendida para 2016, com a produção e distribuição de material ilustrativo sobre o tema. Ainda com a proposta de fortalecer e ampliar a filantropia familiar no Brasil, em 2017 o GIFE promoveu o Encontro GIFE de Investimento Social Familiar, em São Paulo. A iniciativa reuniu mais de 60 pessoas, entre institutos e fundações, assim como demais interessados em debater sobre os desafios e as tendências para este campo no país.



**g. Censo GIFE**

O Censo GIFE é uma pesquisa realizada a cada dois anos, que tem como objetivo apresentar um amplo panorama do investimento social privado no Brasil, tendo como base a rede de organizações associadas ao GIFE. Para a elaboração desse estudo, o GIFE conta com o patrocínio de organizações associadas.

Trata-se da principal pesquisa sobre investimento social privado no Brasil. Ela é baseada no princípio de que ampliar o acesso a dados de qualidade influencia a eficiência, a importância e o impacto do investimento social privado.

Para isso, desde 2001, o Censo GIFE busca por informação confiável, abrangente e de qualidade sobre quanto e como se investe no Brasil e quem são as empresas, fundações e institutos de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem recursos privados em ações de finalidade pública, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Ao apresentar as principais tendências e mudanças na prática dos maiores investidores sociais privados do país, o Censo GIFE dá suporte ao planejamento e estruturação dos investidores e ao setor do investimento social e da sociedade civil como um todo.

Em agosto de 2016 o GIFE lançou o Keyfacts, um hotsite com os principais resultados do Censo, agregando também informações sobre as fundações dos EUA. Em dezembro de 2017 a pesquisa foi publicada na íntegra e reuniu em um evento de lançamento 80 representantes do ecossistema do investimento social privado.

**h. Investimento Social Empresarial**

O GIFE realizou em 2017 o encontro bienal que reúne as principais lideranças dos investidores sociais no Brasil, com enfoque em relacionamento e construção de confiança. Trata-se de uma oportunidade exclusiva de relacionamento entre os principais executivos e filantropos que investem no Brasil.

**i. GIFE Memória**

Em 2016, o GIFE deu início, com apoio da Fundação Iochpe, a um cuidadoso trabalho de resgate da sua história. O projeto GIFE Memória teve como propósito disponibilizar o conhecimento acumulado pela organização desde sua fundação, facilitando o acesso e as discussões em torno do investimento social privado.

Ao mesmo tempo em que está voltado a preservar a memória institucional da organização - resgatando informações importantes sobre seu surgimento, trajetória e contexto do país -, o projeto buscou estabelecer formas de gerar constante reflexão sobre as implicações dessas questões no cotidiano e no presente da organização.

Em 2016, foram realizadas atividades de mapeamento e identificação de documentos físicos e digitais e de levantamento de fontes de pesquisa e informações sobre o GIFE. Em 2017, foram finalizados 21 depoimentos, que subsidiaram o resgate histórico. Foi realizada ainda a estruturação da política de avaliação e gestão de documentos históricos, a construção da linha do tempo (1995-2015) e a produção do relatório final.

**j. Sustentabilidade Econômica de OSCs**

O projeto Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil propõe-se a construir um ambiente legal, jurídico e institucional saudável para a atuação das organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil, promovendo uma série de ações para fortalecimento da sociedade civil por meio de alterações normativas e regulatórias que ampliem as condições para a sua sustentabilidade política e econômica.

**k. Pesquisa Salarial**

O GIFE lançou em 2017 a quarta edição da pesquisa salarial, realizada a cada dois anos exclusivamente com investidores sociais. Com a participação de 35 fundações e institutos, a pesquisa trouxe dados sobre salário nominal, remuneração variável, política de benefícios e comentários gerais sobre política de remuneração. Conduzido por uma consultoria especializada em remuneração, o estudo é uma ferramenta estratégica de gestão de pessoas, apoiando a seleção e retenção de talentos.

**l. Ciclo de Avaliação**

O Ciclo de Encontros de Avaliação: antes, durante e depois é uma iniciativa da Fundação Itaú Social e da Fundação Roberto Marinho em parceria com o GIFE, que promoveu quatro encontros sobre a relevância da avaliação para o investimento social privado, três deles em 2017. Nos últimos quatro anos, as organizações já haviam promovido seminários internacionais e eventos sobre o tema. No Ciclo de Encontros de Avaliação foi estabelecido um novo formato para aprofundar ainda mais as discussões.

**m. Redes Temáticas**

As redes temáticas são ambientes de diálogo propostos e coordenados pelos associados GIFE, que realizam o aprofundamento de temáticas específicas do investimento social, a partir de sua atuação.

O GIFE acompanha e mobiliza estas redes temáticas, fomentando debates, conexão e integração com outras organizações e assuntos estratégicos, criando oportunidades para ampliar e fortalecer as redes e suas conexões, estimulando a autonomia, diversidade e inovação.

Em 2017, mantiveram-se ativas oito diferentes redes temáticas. Neste ano, o GIFE recebeu recurso de doações para financiar especificamente as atividades de três destas redes, a saber: Rede Temática de Leitura e Escrita de Qualidade para Todos, Rede Temática de Garantia de Diretos da Criança e do Adolescente, e Rede Temática de Políticas Públicas.

## 21 Despesa com Pessoal

	2017	2016
Salários, 13º Salário, Férias, Indenizações	(1.822.804)	(1.857.172)
INSS	(459.479)	(460.389)
FGTS	(144.325)	(144.436)
Benefícios	(329.933)	(263.834)
PIS Sobre Folha de Pagamento	(17.991)	(18.054)
	<u>(2.774.532)</u>	<u>(2.743.885)</u>

## 22 Despesas Gerais e Administrativas

	2017	2016
Suprimentos	(26.327)	(26.296)
Funcionamento	(152.824)	(151.135)
Terceiros	(324.393)	(226.744)
Outras Despesas Operacionais	<u>(59.215)</u>	<u>(44.690)</u>
	<b><u>(562.760)</u></b>	<b><u>(448.865)</u></b>

## 23 Despesas Gerais com eventos, convênios e projetos

	2017	2016
Despesas Gerais com Eventos - Congresso GIFE		
Viagens	-	(45.375)
Suprimentos	-	(2.651)
Terceiros	-	(332.494)
Infraestrutura	-	(607.254)
Reuniões	-	(238.548)
Comunicação	<u>-</u>	<u>(153.605)</u>
	-	<b>(1.379.927)</b>

Vide comentário na Nota 20 a.1.

Despesas Gerais com Projetos e Convênios		
Viagens	(45.990)	(98.266)
Suprimentos	(906)	(3.070)
Terceiros	(948.006)	(554.314)
Infraestrutura	(54.880)	(16.765)
Reuniões	(36.274)	(40.911)
Comunicação	<u>(308.699)</u>	<u>(255.408)</u>
	<b><u>(1.394.755)</u></b>	<b><u>(968.733)</u></b>

## 24 Resultado Financeiro

	2017	2016
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento do Fundo Patrimonial	152.859	235.185
Descontos Obtidos	51.216	1.788
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	92.612	175.652
Outras receitas financeiras	<u>1.375</u>	<u>1.923</u>
	<b>298.062</b>	<b>414.548</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
IR Sobre Aplicações Financeiras	(71.059)	(34.978)
Despesas Bancárias	(8.343)	(18.242)
Despesas com Câmbio Financeiro	(877)	(9.046)
Outras Despesas Financeiras	<u>(21.105)</u>	<u>(10.529)</u>
	<b><u>(101.384)</u></b>	<b><u>(72.795)</u></b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b><u>196.679</u></b>	<b><u>341.752</u></b>

## 25 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou Pro-Bono

As gratuidades e trabalhos voluntários ou pro-bono identificados pela Administração como tendo sido prestados no exercício de 2017, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de “Receitas de trabalho voluntário” e de “Custos e despesas com trabalho voluntário”.

Descrição	2017	2016
Conselheiros	8.251	9.955
Prestação de serviços	-	65.000
<b>Total</b>	<b>8.251</b>	<b>74.955</b>

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o GIFE estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

## 26 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

### Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

### Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras e fundo patrimonial).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

**27 Avais, fianças e garantias**

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2017 e 2016.

\* \* \*

---

José Marcelo Sallovitz Zacchi  
Secretário Geral

---

Fernanda Natalino  
Contadora CRC 1SP144709/O-3